

# MUSA

museus, arqueologia & outros patrimónios

Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal

Setúbal, 2004

1



# **MUSA**

**museus, arqueologia & outros patrimónios**

**Volume 1  
Setúbal 2004**

**FIDS & MAEDS  
Autarquias do Distrito de Setúbal**



# Ficha Técnica

## *Edição*

Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal (FIDS) e Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS)

## *Direcção*

Victor Borrego (Presidente da Assembleia Distrital de Setúbal)

## *Coordenação Editorial*

Joaquina Soares

## *Conselho Científico*

António Nabais  
Carlos Tavares da Silva  
João Luís Cardoso  
Mário Canova Moutinho  
Mário Varela Gomes  
Victor S. Gonçalves  
Vitor Serrão

## *Conselho Redactorial*

Antónia Coelho-Soares  
Fátima Contramestre de Almeida  
Fernanda do Vale  
Germesindo Silva  
João Carlos Faria  
Luís Ferreira  
Maria Graça da Silveira Filipe  
Maria Rosa Peralta Sousa Silva  
Maria Teresa Rosendo  
Miguel Correia  
Teresa Rosa Gomes da Cruz Silva

## *Secretariado e correspondência*



Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal  
Av. Luisa Todi, 162; 2900-451 Setúbal (Portugal)  
Telefs - (351) 265239365/265534029; Fax - (351) 265527678  
Email - maeds@mail.telepac.pt

## *Capa*

Fotografia inédita, de autor desconhecido, propriedade do MAEDS.  
Cais da Torre do Outão, com hiato de Setúbal, 1908.

## *Execução gráfica*

Ana Paula Covas  
António Caetano de Campos Ramos  
Jan van Krimpen

## *Impressão e acabamento*

Impripal Artes Gráficas, Lda. - [www.imprupal.com](http://www.imprupal.com)

## *Depósito Legal n.º*

221991/05

## *ISSN*

1646-0553

## *Tiragem*

1400 exemplares

## Nota de Abertura

É com inegável prazer que anuncio a publicação da revista *MUSA*, em atenção ao seu valor intrínseco, enquanto repositório de importantes artigos, originais, sobre o património cultural do Distrito de Setúbal, aqui abordado na dupla vertente da investigação e da divulgação.

Igualmente importante é o valor simbólico da *MUSA*, uma vez que revela a capacidade do Poder Autárquico da região em encontrar consensos e pontes de diálogo, ao serviço da cooperação supramunicipal.

De facto, é crescente a consciencialização colectiva sobre a necessidade de reforçar a acção intermunicipal nos domínios da cultura, do ambiente, da educação, da saúde, do turismo. Precisamente nesta lógica, se enquadra o papel da Assembleia Distrital de Setúbal e nesse âmbito a edição da presente publicação.

A revista *MUSA* é, em grande parte, suportada pelo funcionamento do Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal, o qual configura a primeira rede de museus de carácter regional a surgir no país e cujo exemplo espero que frutifique.

A presente publicação constitui um desafio ousado, pelo esforço e dedicação que pressupõe e congregou o entusiasmo de muitos especialistas nas questões da cultura e do património, que em boa hora elegeram o Distrito de Setúbal como campo de estudo; para eles vão as minhas saudações e agradecimento.

Desejo, igualmente, agradecer os apoios que alguns parceiros institucionais e sócio-económicos disponibilizaram para esta iniciativa e, finalmente, fazer votos para que a *MUSA* vá ao encontro dos interesses da Comunidade Distrital e a possa também inspirar.

**O Presidente da Assembleia Distrital de Setúbal**

**Victor Borrego**

# Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal – **FIDS**

## **Integrado por:**

- + Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal/Assembleia Distrital de Setúbal
- + Museu Municipal de Alcácer do Sal/Câmara Municipal de Alcácer do Sal
- + Museu Municipal de Alcochete/Câmara Municipal de Alcochete
- + Museus Municipais de Almada/Câmara Municipal de Almada
- + Serviços Culturais/Câmara Municipal do Barreiro
- + Serviços Culturais/Câmara Municipal de Grândola
- + Departamento de Acção Sociocultural/Câmara Municipal da Moita
- + Museu Municipal de Montijo/Câmara Municipal de Montijo
- + Museu Municipal de Palmela/Câmara Municipal de Palmela
- + Museu Municipal de Santiago do Cacém/Câmara Municipal de Santiago do Cacém
- + Ecomuseu Municipal do Seixal/Câmara Municipal do Seixal
- + Museu Municipal de Sesimbra/Câmara Municipal de Sesimbra
- + Museus Municipais de Setúbal/Câmara Municipal de Setúbal
- + Museu Municipal de Sines/Câmara Municipal de Sines

## **Patrocínios**

Administração do Porto de Sines



Fundação para a Ciência e Tecnologia



Região de Turismo de Setúbal - Costa Azul



A revista *MUSA* surge, essencialmente, em resultado da dinâmica do Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal, plataforma de debate das questões do património, abordadas a partir dos museus. Sem regulamentos prévios, deixando que a realidade concreta se espelhe na acção e oriente o rumo do FIDS, constrói-se o percurso, caminhando. Não se procura a homogeneidade, antes se aposta na diversidade, na diferença, na crítica. As vozes críticas obrigam à reflexão, mas supõem também firmes princípios de cooperação e solidariedade. Com base nas muito diversas posturas sócio-ideológicas, foi possível avançar com o presente projecto editorial de forma inclusiva, com a participação de todos os concelhos do Distrito de Setúbal, e este é o aspecto que mais valorizamos, porque mostra a capacidade que a região possui para se associar em torno de projectos de interesse comum, e particularmente de vocação cultural.

Este volume possui, evidentemente, um carácter experimental; o próximo será provavelmente melhor estruturado. Tentou-se conciliar o inconciliável, ou talvez não, quando se assumiu a publicação de originais de carácter científico, resultantes de projectos de investigação, e de textos de divulgação, acessíveis a um grande público. O propósito de servir esse vasto público interessado nas áreas do património, museologia e arqueologia, na dupla perspectiva da divulgação e da produção de novos conhecimentos, confere à revista um interesse duradouro.

A *MUSA* encontra-se organizada em várias secções, fisicamente delimitadas no corpo da revista, para melhor orientação dos leitores; a sua temática centra-se nas diversas modalidades do património cultural (procurou-se, aliás, reunir textos reveladores dessa abrangência); mostra-se aberta à colaboração de especialistas nos domínios atrás referidos; a sua geografia, de partida ou de chegada, deverá ser o Distrito de Setúbal; a base autárquica em que a revista assenta não pode, no entanto, ser confundida com autarcia e o campo geográfico de incidência da revista deve ser entendido de forma flexível; textos teóricos, sem um suporte territorial determinado, terão o melhor acolhimento.

Parece-nos razoável apostar em uma periodicidade anual. Os prazos de entrega de textos e de revisão de provas terão de ser objecto de calendarização; as normas de publicação são disponibilizadas desde já, no final deste volume. Da periodicidade da revista resulta que a agenda cultural, conforme a tínhamos pensado no início deste processo, poderá não cumprir, integralmente, os seus objectivos de informação atempada; terá pois de sofrer apreciáveis melhoramentos, destinando-se sobretudo a anunciar realizações programadas com muita antecedência e/ou à produção de reflexões e opiniões sobre eventos culturais ocorridos ou não no Distrito.

**A Coordenadora Editorial**

**Joaquina Soares**

# Índice

<b>Museus</b>	9
Mário Canova Moutinho <i>Os Compromissos dos Museus com a Sociedade</i>	11
António Nabais <i>Museu-oficina de Artes Manuel Cargaleiro. Quinta da Fidalga (Seixal)</i>	15
João Carlos Faria <i>Alcácer do Sal: páginas de história, a história de um museu</i>	19
Elsa Afonso e Paula Costa <i>Museu Municipal de Alcochete. Um museu em desenvolvimento</i>	23
Ângela Luzia e Maria Rosa Silva <i>Almada - apontamentos para a história de uma cidade</i>	28
Germesindo Silva <i>Museu Mineiro do Lousal. Espaço de encontro e cultura</i>	40
Maria Teresa Rosendo <i>O Museu Municipal de Palmela apresenta-se</i>	44
Graça Filipe <i>Antecedentes da criação de um museu no concelho do Seixal. Das ideias e acções anteriores a 1974, à emergência de um projecto cultural e do museu municipal</i>	51
Luís Jorge Rodrigues Gonçalves <i>Museu Municipal de Sesimbra. Programa de desenvolvimento</i>	61
Antónia Coelho Soares <i>Um projecto museológico para Sines</i>	67
Joaquina Soares <i>Museu/Museus. Operacionalizar funções</i>	75



<b>Arqueologia</b>	81
Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares <i>Intervenção arqueológica no sítio neolítico de Brejo Redondo (Sines)</i>	83
Antónia Coelho Soares e Carlos Tavares da Silva <i>Novas oficinas de produção de preparados piscícolas na área urbana de Sines. Intervenção arqueológica na Rua Ramos da Costa</i>	111
Eurico Sepúlveda <i>Os Murrii. Oleiros tardo-italicos</i>	123
Carlos Tavares da Silva, Joaquina Soares e Susana Duarte <i>Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua António Maria Eusébio, 85-87</i>	137
<b>Outros Patrimónios</b>	153
T.M. Azevêdo, M. Abreu e A.M. Galopim de Carvalho <i>Uma vez mais a Pedra Furada</i>	155
Vitor Serrão <i>O mestre do retábulo da Igreja da Misericórdia de Almada (1590): O pintor Giraldo de Prado</i>	161
Vanessa de Almeida <i>Mausoléu de Alfredo da Silva</i>	176
Marisol Aires Ferreira <i>Património construído da aldeia de Melides</i>	181
Teresa Rosa Silva <i>Os recursos da Borda d'Água no contexto sócio-económico do Tejo</i>	186
Fátima Contramestre de Almeida <i>Contributo para um Guia do Arquivo Histórico Municipal de Montijo</i>	193
José Matias <i>Património molinológico do concelho de Santiago do Cacém</i>	200

<b>Recensões, Publicações e Informações</b>	213
Mário Varela Gomes <i>“Mais um escalpe no meu cinto”. A propósito de “Os Hipogeus Pré-Históricos da Quinta do Anjo (Palmela) e as Economias do Simbólico”, de Joaquina Soares</i>	215
Susana Duarte <i>Ler Arqueologia e Património na biblioteca do MAEDS. Títulos inventariados em 2003</i>	219
Câmara Municipal de Alcácer do Sal	229
Câmara Municipal de Alcochete	230
Câmara Municipal de Almada	231
Câmara Municipal do Barreiro	233
Câmara Municipal de Grândola	235
Câmara Municipal da Moita	237
Câmara Municipal de Montijo	239
Câmara Municipal de Palmela	241
Câmara Municipal de Santiago do Cacém	244
Câmara Municipal do Seixal	245
Câmara Municipal de Sesimbra	249
Câmara Municipal de Setúbal	251
Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal/Assembleia Distrital de Setúbal	253

# O Museu Municipal de Palmela apresenta-se

MARIA TERESA ROSENDO\*

## RESUMO

A autora apresenta, sinteticamente, a estrutura polinucleada do Museu Municipal de Palmela, descrevendo cada um dos núcleos e sublinhando a importância do serviço educativo, função que atravessa as diversas unidades museológicas.

Palmela foi, entre os séculos XV e XIX, sede da Ordem Religiosa e Militar de Santiago de Espada.

Embora com um importante conjunto de estruturas arquitectónicas classificadas como património nacional – Castelo, Igreja de Santiago, Pelourinho da vila de Palmela, e necrópole de hipogeus pré-históricos da Quinta do Anjo –, do ponto de vista de património histórico-artístico móvel pouco restou no território concelhio, após a extinção das Ordens Militares, ocorrida em 1834.

Em alguns pontos do concelho, destacam-se conjuntos arquitectónicos de natureza vernacular, em particular no Centro Histórico da Vila de Palmela, na aldeia de Quinta do Anjo, no núcleo original da Vila de Pinhal Novo e nas áreas rurais.

O Museu Municipal<sup>1</sup> tem como objectivos a realização de inventário e investigação sistemáticos do(s) património(s) do concelho, com vista à sua planeada salvaguarda e recuperação e à sua divulgação, através de actividades direccionadas para diversos públicos. O Programa Museológico Municipal esteve em discussão pública, em fase de ante-projecto, de Maio de 2003 a Março de 2004; foi aprovado por una-

## ABSTRACT

The author gives a brief presentation of the structure of the Municipal Museum of Palmela and a description of each of its nuclei. The paper emphasises the importance of the educational service, visiting all the centres.

nimidade na Assembleia Municipal de Palmela em 18 de Maio último.

## ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS MUNICIPAIS

Com uma estrutura polinucleada, o Museu Municipal de Palmela abriu o primeiro núcleo de exposição permanente em 1996, no Castelo.

### Núcleo do Castelo

O museu surge no Castelo como elemento-chave numa estratégia de revitalização do monumento, conciliando espaços de exposição permanente – evocativos das várias épocas de ocupação da fortificação – com zonas destinadas à realização de eventos temporários, que revivificam a memória do monumento. A instalação da sede do Museu Municipal na Casa Capelo depende, por razões financeiras, da progressiva reabilitação arquitectónica da fortificação; a obra de reconversão desse edifício – a realizar no âmbito do Programa Municipal de Recuperação e Animação do Castelo – constitui a principal intervenção por realizar.

\* Chefe de Divisão do Património Cultural – Câmara Municipal de Palmela. Este trabalho não seria exequível sem a participação de toda a equipa afectada ao Museu Municipal e Serviço de Arqueologia.

1. Para aprofundamento de temáticas abordadas, sugerimos consulta de bibliografia sobre o município de Palmela no sítio electrónico [www.cm-palmela.pt/municipio/visitante/apoio\\_ao\\_visitante/Publicacoes\\_CMP](http://www.cm-palmela.pt/municipio/visitante/apoio_ao_visitante/Publicacoes_CMP)



Fig. 1 - Castelo, vista para poente.

### Espaço arqueológico

A colecção arqueológica exposta resultou de trabalhos de prospecção e escavação desenvolvidos no concelho há vários anos e, em particular, das intervenções realizadas na área urbana de Palmela, no Castelo e zona envolvente e na jazida romana do Zambujalinho. Os espólios islâmico e medieval cristão são predominantes em toda a zona estudada.



Fig. 2 - Pormenor do espaço arqueológico/núcleo do Castelo (vitrina com espólio da área urbana da vila de Palmela).

### Espaço de transmissões militares

Em 1885, com a instalação no Castelo de um Heliógrafo para o serviço militar de transmissões telegráficas ópticas, a telegrafia militar fica sediada no edifício conhecido como Casa dos Radiotelegrafistas, até à transferência, em 1993, para a Serra da Arrábida, do último posto retransmissor que o Exército possuía em Palmela.



Fig. 3 - Pormenor do espaço de transmissões militares.



Recuperando a memória do sítio, este espaço do núcleo do Castelo apresenta peças que se situam cronologicamente entre o período islâmico e a guerra colonial portuguesa. Meios de transmissão físicos e sonoros, visuais e ópticos, eléctrico-electrónicos, manuais de instrução, material de linhas e de medida e ensaio, equipamento TSF e de feixes hertzianos apresentam de forma concisa a evolução tecnológica das transmissões militares, contando com o apoio do Museu de Transmissões /Exército Português.

### Reserva Visitável Escultura de S. Tiago

A reserva visitável **Escultura S. Tiago** integra obras de estatuária antiga – sécs. XV, XVI e XVII – em pedra e madeira, de diferentes oficinas escultóricas. Aí encontramos diferentes formas de representar S. Tiago, patrono da Ordem Religiosa e Militar sediada no Castelo de Palmela entre os séculos XV e XIX.

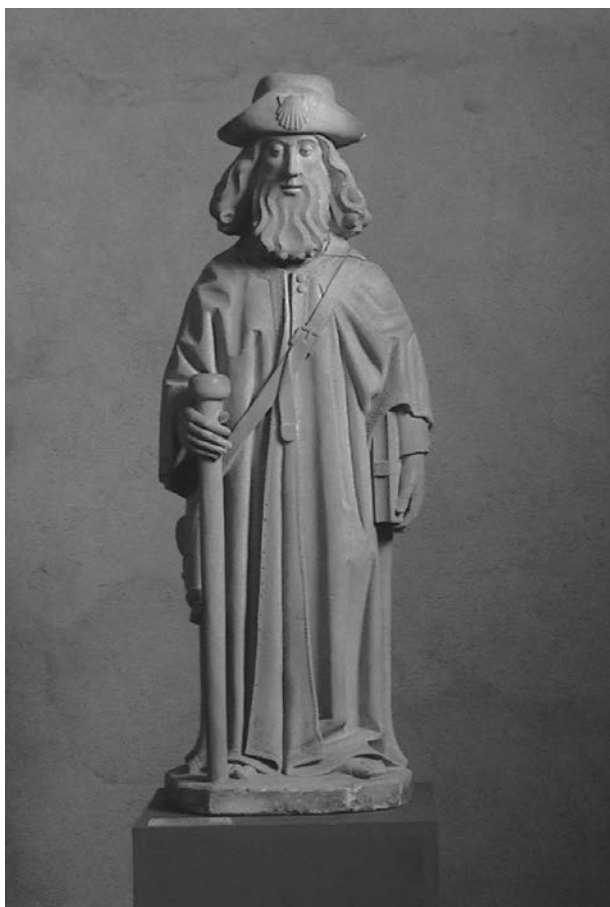


Fig. 4 - S. Tiago Apóstolo (Côro-Alto da Igreja de Santiago).

Propriedade do Museu Nacional de Arte Antiga – parte da Coleção Vilhena – este espólio está depositado no Museu Municipal de Palmela e exposto numa sala dos chamados **Paços de D. Jorge** e no Côro-Alto da Igreja de Santiago.

### Núcleo do vinho e da vinha

#### Adega de Algeruz

Este núcleo museológico foi criado pela Câmara Municipal ao abrigo de um protocolo estabelecido entre a autarquia e o proprietário do imóvel – a autarquia está a desenvolver a sua musealização.

A adega da antiga Sociedade Agrícola de Algeruz era considerada, nos anos 30, como “a mais moderna adega de Portugal”, devido à inovadora tecnologia que o seu proprietário, Don Gregorio Gonzalez Briz, ali implementara – o sistema de ânfora argelino.



Fig. 5 - Fachada poente da Adega de Algeruz.

O Núcleo-Adega, pela composição do seu espólio e colecções e enquanto espaço de memória, está vocacionado para a apresentação e divulgação da história vitivinícola do concelho de Palmela e sua região e para a preservação e conservação do património de arqueologia industrial, devendo afirmar-se na relação com a comunidade local, reflectindo histórias de vida, saberes e anseios.

## Núcleo de Pinhal Novo

### Reserva Visitável Oficina do Ferreiro Faria

O Núcleo Museológico de Pinhal Novo terá como abordagens temáticas preferenciais a “Cultura Caramela”, a Comunidade Ferroviária e a problemática inerente ao desenvolvimento urbano. Actualmente só é visitável, como colecção organizada, a *Oficina do Ferreiro Faria*, colecção composta por instrumentos e utensílios profissionais do *Mestre Faria* depositados pelos herdeiros do mesmo no Museu Municipal, em Março de 1998, para estudo, salvaguarda e divulgação. Está instalada na Herdade de Rio Frio, quer pela importância do local, quer para corresponder ao desejo dos proprietários de que a colecção não saia da freguesia de Pinhal Novo.

O interesse de que se reveste, quer pelas peças que integra (permitem conhecer um ofício tradicional quase desaparecido), quer pelo acto de preservação patrimonial que lhe está subjacente, justifica a sua abertura ao público, apesar de ainda não o ser de forma permanente, nem em local e discurso expositivos definitivos; a colecção não está integralmente estudada nem restaurada, encontrando-se em situa-

ção museológica de “reserva visitável”.

No âmbito do Núcleo de Pinhal Novo são realizadas visitas guiadas ao **complexo ferroviário de Pinhal Novo** e à **Herdade de Rio Frio**, interessante núcleo urbano dominado por uma casa senhorial de inícios do século XX.

## EXTENSÕES MUSEOLÓGICAS

### Centro de Interpretação do Zambujalinho (CINZAMBU)

Estrutura de interpretação do património natural e arqueológico preservado *in situ*, propriedade da Associação dos Produtores Florestais da Península de Setúbal (AFLOPS) e por esta gerida, na freguesia de S. Pedro da Marateca.

Uma das áreas de exposição de longa duração é da responsabilidade do Museu Municipal, que aí expõe algumas peças da colecção arqueológica romana, obtida em escavações na jazida que se pode visitar ao longo dos percursos pedestres de observação propostos.



Fig. 6 - Antiga ponte ferroviária de acesso à Herdade de Zambujal, no estuário do Sado.

## Moinhos Vivos e Centro de Artes e Ofícios Sebastião Fortuna

Empresas privadas, estas duas estruturas constituem extensões museológicas do concelho, na medida em que – através do estabelecimento de uma parceria institucionalizada com a autarquia – permitem a realização de visitas guiadas no decurso da sua actividade, facultando aos públicos do Museu Municipal, respectivamente, o estudo do ciclo do pão e a prática e percepção da produção de cerâmica.



Fig. 7 - Visita aos *Moinhos Vivos*.

## OUTROS PROJECTOS MUSEOLÓGICOS EM ESTUDO

A instalação de um Centro de Interpretação na Necrópole de Quinta do Anjo, que poderá constituir o **Núcleo Arqueológico Municipal**, a criação do **Museu da Malária** em Águas de Moura – que resultará de um protocolo a estabelecer entre a Câmara Municipal e o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge – e a investigação em curso acerca da “**Casa Caramela**” são projectos de que falaremos em próximos números.

## UMA ÁREA ESTRATÉGICA DO MUSEU MUNICIPAL

O **Serviço Educativo**, em obrigatória articulação com todas as demais áreas funcionais do Museu, tem

uma importância estratégica e um lugar privilegiado, e prossegue os seguintes objectivos:

- ! divulgar as colecções integradas no Museu e o Património Cultural concelhio;
- ! fomentar o gosto pelo Património e pelas Artes e sua compreensão e valorização, através da criação de experiências significantes para diversos públicos-alvo, numa perspectiva de educação não-formal;
- ! contribuir para o desenvolvimento social, cultural e afectivo/cognitivo do visitante.



Fig. 8 - Visita guiada: História do Castelo de Palmela contada por ilustres personagens – S. Tiago guia os visitantes na Igreja de Santiago.

São **actividades permanentes** deste serviço:

- ! visitas guiadas e ateliers para vários públicos, com actual destaque para o escolar;
- ! disponibilização de guarda-roupa histórico e etnográfico e adereços;
- ! disponibilização de maletas pedagógicas relativas a diversos patrimónios concelhios;
- ! disponibilização pública de um Fundo Documental e Informativo sobre Património e Museologia;
- ! actividades específicas de exploração de exposições temporárias;
- ! projectos de parceria com escolas, outros serviços municipais e associações exteriores.

## OUTROS PATRIMÓNIOS DO CONCELHO DE PALMELA

### Projectos em curso:

#### Fontes orais<sup>2</sup> e inventário de bens

O trabalho de um Museu Municipal não se cinge ao estudo das colecções que incorpora. A dimensão da oralidade, por exemplo, é indispensável ao programa museológico municipal de Palmela no qual a contemporaneidade é uma presença incontestável. Este facto é particularmente patente no que se refere a núcleos museológicos como os que se estão a estruturar para Pinhal Novo – dedicado aos Ferroviários e evolução urbana da vila, Cultura Caramela e Ofícios Tradicionais; o dedicado ao Vinho e à Vinha, em instalação na Adegas de Algeruz (freguesia de Palmela); o Museu da Malária – a instalar em Águas de Moura; e, genericamente, a outros pontos do concelho onde a riqueza patrimonial rural e agro-pastoril permite ainda a preservação de memórias sobre as localidades de origem, casos das freguesias de Poceirão e Quinta do Anjo.

Assim, o Museu Municipal tem em curso o estudo para a criação de um *Arquivo de Fontes Orais* do concelho.

A missão do *Arquivo de Fontes Orais* é a valorização das memórias dos cidadãos do concelho como fontes para a construção da História Local, através de entrevistas realizadas a determinados grupos sócio-profissionais e a pessoas anónimas (através da elaboração de histórias de vida), com a finalidade de as preservar, de as tornar documento – a utilizar/explorar com base na metodologia crítica inerente a qualquer acto historiográfico e/ou antropológico – e de as divulgar *a posteriori* através de publicações que se considerem oportunas. Promover uma maior abertura do museu à comunidade é outro, não menos importante, objectivo do projecto.

Este acervo integrar-se-á no Fundo Documental da Divisão de Património Cultural, em constituição.

A base de dados *Fontes Orais* deverá possibilitar a pesquisa a todos os interessados (estudantes, investigadores, cidadãos com gosto pela História Local, meios de Comunicação Social, etc.) de forma a melhorar o conhecimento do concelho e a contribuir para o maior reforço da Identidade Local.

Este arquivo é constituído por material não bibliográfico, de onde se destaca o material audiovisual, proveniente da realização de entrevistas, enquanto fonte importante de um dado momento histórico, ainda passível de ser captado através da oralidade, sob a forma de memórias.

O arquivo pretende dar voz aos diversos participantes da História concelha, não só às grandes personalidades, como aos cidadãos comuns, cujas experiências são muitas vezes negligenciadas, mas de contributo decisivo para a compreensão da cultura e da história, enquanto elementos integradores/produtores de Identidade.

Foram definidas como grandes “áreas de investigação”, os temas que, para o concelho, se consideram dever ser alvo de uma investigação sistemática mais urgente, quer por serem essenciais para a compreensão da História Local, quer por considerarmos uma prioridade, visto que os seus protagonistas – ou não fosse a História feita de Vida e Morte – estão a desaparecer; referimo-nos especialmente aos ofícios tradicionais, tais como: moleiro, ferreiro, lavadeira, carpinteiro, mateiro, rameiro..., às questões relacionadas com a vida rural, aos *caramelos*, aos ferroviários e a histórias de vida protagonizadas por outras diversas ocupações sócio-profissionais (ex.: docência, política) relevantes para o processo histórico local.

#### Inventário de bens patrimoniais, em curso no concelho de Palmela

Em processo de inventário, prospecção e cartografia estão os seguintes patrimónios do concelho de Palmela:

---

2 - Projecto publicado integralmente na obra “*Memórias de Ferroviários de Pinhal Novo. Para a história da Vila e da Comunidade Ferroviária*” (Col. Estudos e Projectos Municipais, 7), Palmela: Câmara Municipal, 2003.



- ! Fontes, chafarizes e lavadouros públicos;
- ! Edifícios dos núcleos urbanos mais antigos do concelho, como é o caso do Centro Histórico de Palmela, núcleo original de Pinhal Novo e Aldeia do Bacelo em Quinta do Anjo;
- ! Vinhas, adegas, oficinas, bem como outros patrimónios de arqueologia industrial, tais como lagares de azeite;
- ! Imóveis de habitação, de características ditas “caramelas”;
- ! Caminhos e estradas antigas, hoje esquecidos ou pouco utilizados.



Fig. 9 - Pormenor do Chafariz D. Maria I (Palmela). Construção pública civil, 1792.

O actual chafariz terá resultado de uma remodelação ao inicial imóvel, de meados do século XVI, mandado edificar pelo último Mestre da Ordem de Santiago, D. Jorge, filho de D. João II.

Encontrando-se em muito mau estado no século XVIII, o chafariz foi então alvo de uma campanha de obras de acordo com a estética cenográfica barroca, e passa a ostentar as armas régias – aplicadas no corpo central do imóvel – e as antigas armas da vila de Palmela, nos corpos laterais.

No frontão triangular encontra-se a seguinte inscrição:

PUBLICAEUTILITATI C.D.S.P.Q.R SUB  
AUSPICCIARIAIMDCCXCII (transcrição: Para  
utilidade pública foi feita por resolução do povo sena-  
do e administração do concelho sob a protecção de D.  
Maria I 1792).

Também nesta época terão sido colocados os fogareus. Os tanques laterais eram usados como bebedouros para o gado.



Fig. 10 - Lavadouro de Quinta do Anjo. Construção pública civil, 1940.

Constituído por 14 tanques em alvenaria e pedra, o lavadouro de Quinta do Anjo ainda conserva o depósito que abastecia os tanques e apresenta a seguinte inscrição:

“C. M. Palmela  
Obra participada pelo Estado Novo  
Melhoramentos Rurais  
No ano dos Centenários  
7.7.1940”

Toda esta informação será inventariada e cartografada, no âmbito das competências do Museu Municipal e em articulação com a Divisão Municipal de Informação Geográfica, sendo os dados complementados com informação histórica – assegura-se, assim, a identificação e o controlo permanente destes bens. A cartografia assume-se neste contexto como um instrumento crucial para um melhor conhecimento do património e a inteligibilidade e gestão do território em que trabalhamos e vivemos.

# Antecedentes da criação de um museu no concelho do Seixal

## Das ideias e acções anteriores a 1974, à emergência de um projecto cultural e do museu municipal

GRAÇA FILIPE\*

### RESUMO

A autora procede a um breve historial das tentativas de criação de um museu no Seixal anteriores a 1974 e aborda o contexto da emergência de um projecto cultural autárquico e dos antecedentes da criação do museu municipal, em 1982, o qual enformou a entidade museológica denominada, desde 1983 até hoje, Ecomuseu Municipal do Seixal.

Face à experiência museológica dos últimos vinte e dois anos no concelho do Seixal torna-se pertinente conhecer as anteriores intenções e percurso de criação de entidades designadas por museu, o que também nos permitirá comparar e contextualizar, social e politicamente, tão distintas iniciativas.

Da revolução democrática do 25 de Abril e da nova experiência autárquica no Concelho resultou um significativo desenvolvimento local, do ponto de vista económico, demográfico, social e cultural. Ao município do Seixal é a partir de então reconhecida uma dinâmica de progresso, em que o poder local tem procurado assumir um modelo de desenvolvimento integrado preservando aspectos da identidade e valorizando as circunstâncias da sua renovação.

O presente texto<sup>1</sup> faz um breve percurso cronológico das intenções e das tentativas de criação de um

### ABSTRACT

The author provides a brief description of the efforts made before 1974 to create a museum in Seixal. This paper deals also with the emergence of the *Ecomuseu Municipal do Seixal*, opened in 1983.

museu no Seixal, anteriores a 1974 e aborda o contexto de emergência de um projecto cultural autárquico e dos antecedentes da criação do museu municipal, em 1982, o qual enformou a entidade museológica denominada, desde 1983 até hoje, Ecomuseu Municipal do Seixal.

O concelho do Seixal foi instituído em 1836, no quadro da reforma administrativa liberal e é a esta data que se reporta habitualmente a fundação do município, conquanto o concelho se tenha extinguido em 1895 e restaurado em 1898. No concelho de Alcácer do Sal era criado, no ano de 1894, o Museu Municipal, um dos mais antigos do actual distrito de Setúbal. Terá sido em 1912 que publicamente se falou, pela primeira vez, e se esboçou a intenção de um museu, arqueológico, no município do Seixal.<sup>2</sup> A iniciativa centrava-se na existência de “uma lápide com

---

\* Ecomuseu Municipal do Seixal

1 - O artigo agora publicado baseia-se em parte de um capítulo da dissertação de mestrado em Museologia e Património (2000) apresentada na Universidade de Lisboa, intitulada *O Ecomuseu Municipal do Seixal no movimento renovador da museologia contemporânea em Portugal (1979-1999)*.

2 - V. *Diário de Notícias*, 10 de Janeiro. 16.581 (48º ano): 5 e *O Archeólogo Português*. Vol. XVII: 293-294.

uma inscrição que existe à entrada do antigo cemitério, mencionada pelo Sr. Sebastião Joaquim Baçam na sua interessante monografia do Seixal”. A lápide teria sido encontrada mediante esforços da Câmara local e a sua inscrição reportar-se-ia à figura de D. Nuno Álvares Pereira. Face à falta de efeitos práticos daquela primeira ideia de museu, em 1917 veio outra ideia a público, pelo menos ao nível de uma elite local, com a preocupação de um “museu municipal”. Se efectivamente chegou a ter algum espaço ou sítio destinado para tal, desconhecemo-lo. O que é certo é que no jornal *A Voz d’Amora* de 16 de Setembro daquele ano podemos ler<sup>3</sup>: ...”o busto de José Estêvão que se encontra na Fidalga [Quinta da Fidalga], vai ser retocado pelo Sr. Joaquim dos Santos Boga preparando-se grandes festejos para o dia da sua transladação para o museu municipal”.

Não obstante a implantação de diversas indústrias importantes, o Seixal permanecia profundamente rural. Em 1924, na 1ª edição do volume I do *Guia de Portugal*<sup>4</sup>, escrevia Raul Proença “(...) Toda esta região central da Outra Banda é uma nesga de terra mimosa e fértil. Os terrenos perdem a dureza que caracteriza a maior parte dos arredores de Lisboa e adquirem um belo sabor campestre e uma fisionomia mais nobre”<sup>5</sup>.

Em 1927, a imprensa local valorizava, como digno de visita, o depósito do estabelecimento naval da Azinheira, no Seixal, referido como museu.<sup>6</sup> Não dispomos contudo de dados concretos que nos permitam justificar a alusão a um museu naquele espaço ou a explicar a intenção da sua criação.

Já em ambiente de preparação nacional das comemorações dos Centenários, surge um processo, de que foram relatados alguns pormenores, com

vista à criação de um Museu Regional do Seixal, o qual determinou vários eventos públicos e até mesmo a recolha de peças, mediante uma intencionada organização, com a tentativa de sensibilização dos munícipes para possíveis achados arqueológicos, dando lugar à constituição de uma colecção embrionária que se pretendia representativa das tradições e das realidades do concelho.

No distrito de Setúbal fora entretanto criado, em 1930, o Museu Municipal de Santiago do Cacém. No ano de 1935, a 12 de Maio, *O Seixalense*<sup>7</sup> noticiava a existência de uma “Comissão Pró-Museu”: “(...) uma comissão composta por três ‘Seixaleiros’ que à sua terra natal dedicam todo o seu amor, está empenhada em levar a efeito no Seixal um Museu Regional.” A iniciativa procurava apoios institucionais, tendo também em vista uma projecção para o exterior: “A Comissão conta já com o apoio de várias pessoas de destaque no meio Social e espera também o importante apoio da Câmara Municipal, reconhecendo-se pois que um Museu Regional do Seixal, não só se torna curioso para nós Seixaleiros como serve para chamar a atenção dos nossos melhores forasteiros, que durante o verão nos visitam e saberem o que somos e o que valemos.” O desenvolvimento do Seixal era também invocado: “a divisa é trabalhar e pugnar pelo desenvolvimento do Seixal. Todas as pessoas que tenham quaisquer obras, objectos ou valores e que queiram contribuir para este fim, podem desde já fazer as suas inscrições”<sup>8</sup>.

No mesmo ano, a 29 de Junho, *O Seixalense*<sup>9</sup> publicava uma lista de ofertas recebidas e informações diversas sobre a “Comissão de Iniciativa”, nomeadamente quanto à criação e organização do museu<sup>10</sup>. Eram várias as ofertas recebidas. Entre as

---

3 - V. *A Voz d’Amora*. 30 (1º Ano): 3.

4 - V. DIONÍSIO (Apresentação e Notas, 1924). *Guia de Portugal. I Generalidades. Lisboa e Arredores* 1991: 456-457.

5 - V. DIONÍSIO (Apresentação e Notas, 1924). *Guia de Portugal. I Generalidades. Lisboa e Arredores* 1991: 638-639.

6 - V. *A Voz do Seixal*. 1 (24 de Junho, 1º ano): 3 [“O que o Concelho possui”]

7 - V. *O Seixalense*, 10º Ano, nº 198: 2

8 - A adaptação ortográfica desta transcrição é da nossa responsabilidade.

9 - V. *O Seixalense*, 2ª série, 11º ano, nº 200: 2.

10 - O jornal enumerava os seguintes doadores do pretendido Museu Regional: António Maria Rodrigues, José Policarpo Ferreira, José Pinto Soromenho, João Calixto Grilo, António Policarpo Ferreira e Alberto Jorge. Entre os objectos, também enumerados na notícia, que então foram doados ao futuro Museu Regional, destacamos “o risco dum barco da mula de 1834”, “dois estudos a óleo, rubricados pelo falecido pintor seixalense Hermenegildo Pereira Simões”, “uma planta do Porto da Raposa (Amora) com data de 1873 (...), “um exemplar do antigo jornal deste concelho *Correio do Sul*”.

“Resoluções” recentemente tomadas pelos promotores constava: “organizar mostruários de miniaturas dos aparelhos de pesca e barcos usados no nosso rio e das actuais actividades do concelho”; “solicitar, directamente e por intermédio dos jornais, a confecção gratuita dos mesmos, registando a oferta do sr. Manuel Rego de Almeida para a manufactura de alguns dos primeiros.” A 25 de Agosto o mesmo jornal local<sup>11</sup> noticiava que o Museu Regional do Seixal se apresentava com um “logotipo” ou “emblema” – onde estava inscrita a divisa do Museu: “É coração da Pátria a terra que nos foi berço” – simultaneamente dando conta do projecto que animava a Comissão de Iniciativa do Museu e apelando aos habitantes do concelho que nele participassem. A Comissão de Iniciativa do Museu anunciava a nomeação de delegados nos lugares mais populosos do concelho. Ainda sob o título “Museu Regional”, lemos no mesmo jornal informações interessantes sobre a Comissão de Iniciativa do Museu, nomeadamente a enumeração dos materiais recolhidos para o mesmo. Por outro lado, a Comissão Organizadora do Museu Regional do Seixal levava a efeito no Seixal, a 14 de Agosto, uma romagem comemorativa da Batalha de Aljubarrota ao túmulo de Pedro Annes Lobato, cujos restos mortais se encontram depositados na Igreja Matriz da freguesia de Amora. Entre os intervenientes citados, contava-se o Presidente da Câmara, Leopoldino de Almeida, e Calixto Grilo, em nome do Museu Regional do Seixal.

No ano seguinte, *O Seixalense*<sup>12</sup> noticiava, sob o título “Museu Regional”, que a Comissão de Iniciativa se passara a chamar Comissão Organizadora, decidindo “estabelecer a organização seguinte: Secções de Arqueologia e História, Zoologia, Navegação e Indústria, e de Cultura e Turismo”,

assim como registar, mediante a cotização trimestral de cinco escudos, vários “Amigos do Museu” e dirigir-se ao Sindicato dos Pescadores, a fim de utilizar dependências da sua sede para instalar provisoriamente o Museu, e ao Grémio Recreativo<sup>13</sup> para realizar festas nas suas salas. Do ponto de vista arqueológico, a importância da sensibilização junto da população não era esquecida: “Aos que se dedicam a trabalhos de cava lembra-se o cuidado de verificarem a existência de pedras com inscrições ou objectos com formas irregulares ou menos correntes. Faz-se igual pedido aos que se dedicam a abrir caboucos ou a escavações para esgotos, poços, etc.” As “curiosidades regionais” que se projectava reunir no museu eram enumeradas, com a recomendação de que se confeccionassem: “cabazinhos de cana e objectos de cortiça” pelos seixalenses ou por “aqueles que no Seixal constituíram o seu lar”; “trabalhos em vime” pelos amorenses; “curiosidades em lâ” dos arrentelenses; “caixas e molduras cobertas de palha, coloridas”, dos “Paio Pirenses”. Também *A Voz do Seixal*<sup>14</sup> publicava, sob o título “Museu Regional”, as decisões da “Comissão pró-museu”.

Em 1936, *O Seixalense* recordava a pedra histórica que fora idealizada por um seixaleiro<sup>15</sup> como ponto de partida para um museu no Seixal: “Foi Eduardo de Figueiredo, que então me escrevera a desabafar comigo o pouco interesse que aos nossos conterrâneos mereciam as coisas do bairro e do espírito. (...) Confiamos que a indiferença dos homens não nos deixará morrer sem esse seu sonho se realizar.”

Em *A Voz do Seixal* de 15 de Agosto de 1940 retomava-se o assunto da pedra histórica, mas a ideia, que remontava a 1912, de criação de um museu arqueológico, fora ultrapassada pelos factos,

---

11 - V. *O Seixalense*, 2ª série, 11º ano, nº 201: 2.

12 - *O Seixalense*, 2ª série, 11º ano (1936), nº 202 (1 Janeiro): 3.

13 - A sede do Grémio Recreativo Seixalense, associação a que estiveram ligados pelo menos dois nomes comuns à comissão organizadora do Museu Regional (António Policarpo e João Calixto Grilo), foi adquirida em 1930 pela firma corticeira Mundet & Cº. Lda. Mas entre aquele ano e 1935, até começarem obras de adaptação a Refeitórios da fábrica do Seixal razão da compra por parte daquela o edifício continuou a servir as actividades do Grémio, apoiadas pela própria firma proprietária.

14 - V. *A Voz do Seixal*, 15 Janeiro de 1936, nº 176, 9º ano: 2.

15 - Coluna intitulada “Museu Regional”, assinada por José Calixto Grilo em *O Seixalense*, 2ª série, 24 de Julho de 1936 (12º ano): 2.



nomeadamente porque a Câmara oferecera a lápide ao Museu Arqueológico do Carmo. Ali a encontrara, aliás, J.M. Cordeiro de Sousa, cuja descrição se fizera publicar, em 1936, nas “Inscrições Portuguesas do Museu do Carmo”<sup>16</sup>. Quem de novo trazia a público o assunto era J. Calixto Grilo, redactor e dinamizador da imprensa e dos interesses locais, e que se preocupava em rever a pedra no já referido museu, em Lisboa, lamentando-se então de que não se tivesse conservado a peça histórica<sup>17</sup> no concelho do Seixal.

Conhecemos uma outra iniciativa, de carácter bastante diferente, surgida no ano de 1940, através do periódico local *Tribuna do Povo*<sup>18</sup>, que noticiou, alguns anos mais tarde, o aniversário do denominado Museu Evocativo Particular Vitória. O museu instalara-se na Avenida Marginal Silva Gomes, em Amora, na residência do seu proprietário e director<sup>19</sup> José Inácio Rodrigues Costa. Em 1956 o museu abria ao público diariamente entre as 12 e as 19 horas. Através duma entrevista com o promotor daquela iniciativa, que tomou o nome de museu e que o jornal publicava em 1969,<sup>20</sup> sabemos que “Tudo começou por altura (...) da Segunda Grande Guerra. Eu via serem destruídas tantas coisas que poderiam ter muito interesse...(...) panfletos, papéis de propaganda e outras coisas assim. Fui às embaixadas dos países aliados e eles deram-me todas as coisas que puderam. Foi assim que nasceu o meu museu no dia 8 de maio de 1940. E olhe que vieram já cá os “americanos” e eles gostaram muito. (...) Depois vieram as outras salas. Como já tinha esta, tudo sobre o estrangeiro, tinha de ter também alguma coisa sobre o meu

país”. O repórter descrevia então os espaços em visita: “Deparou-se-nos uma policromia de cores e objectos difíceis de descrever (...)”<sup>21</sup>

No distrito, desde 1949 abrira ao público e funcionava provisoriamente nos Paços do Concelho o Museu de Setúbal. O Museu Oceanográfico da Junta Distrital, por sua vez, fora criado em 1955. No Seixal, em 1952, a imprensa local faz eco e ela própria toma parte de nova intenção de criação de um museu no concelho<sup>22</sup>: “Está em organização o Museu Paroquial de Amora [título] (...) onde as gerações futuras possam ter o relicário histórico da localidade. (...) Os artigos a expor no Museu terão apenas o nome do ofertante. Aceita-os a direcção do nosso jornal. Depois se marcará o lugar do Museu”. Na mesma notícia se dava a conhecer uma anunciada intenção de se organizar o museu da Sociedade Filarmónica Operária Amorense.

Correspondendo ao crescimento demográfico e a uma perspectiva de melhoria das infraestruturas básicas dos principais núcleos populacionais, emergiam as preocupações com o turismo e a possibilidade de aproveitamento de recursos naturais da região. Ao jornal *Tribuna do Povo* coube um interessante papel de sensibilização cultural, reflectindo um certo pensamento crítico.

Em 1959, através de uma edição do autor, o Seixal tinha a sua monografia, escrita por Manuel d’Oliveira Rebelo: *Retalhos da Minha Terra (Monografia do Concelho do Seixal)*. Trabalho que se manteria até aos nossos dias de um interesse inquestionável, cumprindo-se a intenção de Manuel Rebelo, expressa nas palavras de abertura: “Do meu pa-

---

16 - Segundo SOUSA 1936: 115-116, na lápide tinha sido inscrito: “Neste lugar do Barco do Martim Afonso principiam as terras que o Santo Condestável D. Nuno Álvares Pereira doou ao Real Convento de N.ª Sra. do Monte do Carmo da Cidade de Lisboa”.

17 - O título da notícia, em *A Voz do Seixal* de 15 de Agosto 1940:1-2, era precisamente “À margem dos centenários. A pedra histórica”. Calixto Grilo, para além de descrever minuciosamente, quer a inscrição, quer o episódio de origem, decorrido na Sociedade Filarmónica União Seixalense - sociedade de que ele próprio fazia parte - quer ainda as circunstâncias em que encontrou e observou a pedra em Lisboa, demora-se a fazer a análise e possível interpretação histórica da inscrição, que remontava ao século XVIII.

18 - *Tribuna do Povo* de 6 de Maio de 1956 (6.º ano, n.º 132): 2.

19 - Sob o título “Aniversário”, o jornal *Tribuna do Povo* de 6.5.1956 (6.º ano, n.º 132): 2 informava: “No próximo dia 8, festeja o seu 16.º aniversário, o Museu Evocativo Particular Vitória, fundado pelo seu actual proprietário e director, Ex.mo Sr. José Inácio Rodrigues Costa [...]”.

20 - V. *Tribuna do Povo*, 3.8.1969 (19.º ano, n.º 448): 3.

21 - A par da pesquisa documental, recolhemos, junto da comunidade local, algumas memórias e informações ligadas ao “Museu Evocativo Particular Vitória”. A par disso, um morador local ofereceu ao Ecomuseu Municipal do Seixal, em 1986, algumas publicações então identificadas como provenientes e recolhidas “aquando do abandono do projecto de Museu da Amora” (Registo de Entrada de Espólio n.º 180).

22 - V. *Tribuna do Povo* n.º 40, ano II, 20 Julho. Era então seu director o fundador do jornal (1950), Padre Manuel Marques.

rentesco com a terra nasceu esta ideia de lhe ser útil”.

O panorama museológico no distrito evoluía lentamente. Em 1960 era inaugurado o Museu Arqueológico de Sesimbra e em 1961, na sequência das exposições do centenário da elevação de Setúbal a cidade, o Museu de Setúbal abria ao público no Convento de Jesus, por iniciativa da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal e sob a direcção do engenheiro João Botelho Moniz Borba, que desempenharia essas funções até ao fim da sua vida (1977).

A Câmara Municipal do Seixal, presidida pelo Tenente José Joaquim Bramão de Moraes Magro, iniciou em 1961 a publicação de um periódico próprio, um *Boletim Municipal* de informação e de propaganda, cujo editorial do seu primeiro número salientava “as responsabilidades municipais, mormente no sector cultural, onde incumbe efectivar uma obra que se nos afigura, a todos os níveis, justificada. Assim, decidiu-se publicar, periodicamente (...) um boletim de divulgação cultural e histórica, ao mesmo tempo que se pretende a propaganda das belezas naturais e turísticas da região seixalense (...)”<sup>23</sup>

Em 1961 voltava a *Tribuna do Povo*<sup>24</sup> a anunciar para breve um “museu regional” no Seixal, sustentando que “De há muito que no espírito de alguns naturais do concelho, ou seus filhos adoptivos baila a esperança de verem montado um museu, que albergue todas as antiguidades e recordações da história das terras concelhias. A pobreza em documentos históricos, quer em escritos, quer em espécimes de arte é notória, mas o pouco que existia foi-se perdendo por desinteresse ou ignorância de várias gerações”. A ideia recrudescia graças a um proprietário e conhecida figura local, que se dispunha a ceder instalações na sua Quinta de Nossa Senhora da Soledade na Torre da Marinha, e ao já conhecido investigador local João Calixto Grilo. Era reafirmado o apelo “a todas as pessoas que possam colaborar

nesta iniciativa, a fim de que cedam todos os elementos válidos para a documentação, quanto possível completa, nos campos da arqueologia, vida industrial do passado e do presente, marinharia, etc.” Simultaneamente, tomava voz a defesa do património arquitectónico e artístico da povoação de Arrentela. A recomendação era expressa da seguinte forma: “À direcção futura do Museu, a que se deveria agregar uma Comissão de Defesa do Património Arrentelense, competiria – em nosso entender – a guarda zelosa e porfiada da arquitectura desta maravilhosa terra. (...) Na Arrentela – embora já bastante danificada pelo aparecimento de construções anacrónicas ao ambiente – ainda se poderá salvar o essencial, valorizando-o e principalmente limpando-o. Para já, – repetimos o que temos escrito várias vezes – deveriam ser absoluta e rigorosamente proibidos todos os acrescentos modernos, sem qualquer gosto, à base de marmorites ou pinturas.”

Sob a Presidência do mesmo Tenente J. Bramão Magro, em 1961-62, a Câmara providenciou junto do Serviço de Bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian a instalação de uma Biblioteca Fixa na vila do Seixal, propondo para bibliotecário o Sr. António Lopes Ferreira, indicado como “pessoa bastante estudiosa e com prática de investigação e bibliotecas”.<sup>25</sup> Aquele funcionário municipal levou a cabo um trabalho cuidadoso e sistemático, apesar de condicionado pelos meios de que dispunha, mediante o qual deixou inventariados os fundos documentais e bibliográficos da Câmara, existentes na época, ou que ele próprio terá ajudado a recolher.

Em 1962, foi a vez de Sines ter o seu Museu Arqueológico Municipal. No Seixal, em 1966, o Presidente da Câmara, Eng<sup>o</sup> José Francisco Leal Agostinho Dias, diligenciava junto do Cardeal Patriarca de Lisboa e do Ministro da Educação Nacional<sup>26</sup>: “A fim de poder ser constituída a comissão municipal de arte

23 - V. *Boletim Municipal*, nº 1, 1961 (Maio), Câmara Municipal do Seixal: 1.

24 - V. *Tribuna do Povo* de 19.2.1961 (11<sup>o</sup> ano, nº 246): 1.

25 - Cf. Ofício do Presidente da Câmara Municipal do Seixal ao Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, 18/11/60, in Arquivo Intermédio da CMS, Instrução-Escolas, P<sup>o</sup> 28/02 (Instalação de uma Biblioteca Municipal da Câmara Municipal do Seixal).

26 - Os ofícios a que nos reportamos foram dirigidos, nos termos do art<sup>o</sup> 113<sup>o</sup> do Código Administrativo, pelo Presidente da Câmara do Seixal, Eng<sup>o</sup> José Francisco Leal Agostinho Dias, com data de 4 de Outubro, ao Cardeal Patriarca de Lisboa e ao Ministro da Educação Nacional. [Arquivo da Câmara, Processo nº 54 Comissão Municipal de Arte e Arqueologia].

e arqueologia”. Por sua vez, a sugestão do Presidente da Câmara à Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes<sup>27</sup> “de um professor que possa ser nomeado vogal da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia desse concelho” recaiu no Sr. Teodomiro Dias Martins Costa, professor primário e delegado escolar do concelho<sup>28</sup>, o qual foi efectivamente designado para o cargo, por despacho ministerial<sup>29</sup>. Quanto ao sacerdote destinado à mesma Comissão, o Senhor Cardeal Patriarca indicou<sup>30</sup> o nome do Padre José Augusto Pereira, pároco do Seixal<sup>31</sup>. Finalmente constituída a Comissão – pelos dois elementos já referidos e pelo Sr. Francisco da Cruz (Rua Paiva Coelho, Seixal) – a mesma foi convocada, pelo Presidente da Câmara, em Abril de 1967, aparentemente vindo a desempenhar um papel de resultados bastante reduzidos.

Em 1971, em que no distrito de Setúbal se assistiu à delimitação de uma reserva a constituir pela área abrangida pela Serra da Arrábida<sup>32</sup> e à constituição de uma reserva botânica na Mata Nacional dos Medos, os proprietários da Quinta da Trindade, no Seixal, apresentaram uma proposta à Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes e obtiveram a classificação do edifício da respectiva residência, tornando-o o primeiro imóvel classificado no concelho do Seixal e o único no período anterior ao 25 de Abril (Decreto nº 516/71, de 22 de Novembro).

Será no período seguinte que se esboçará, no Seixal e a nível nacional, com a afirmação do poder local democrático, a vertente cultural das políticas autárquicas, tanto ao nível do património como de

iniciativas de carácter museológico, projectando numerosos museus locais, numa perspectiva identitária, para o plano do aproveitamento dos recursos endógenos e do desenvolvimento local.

Com a eclosão de projectos sócio-culturais, após o 25 de Abril, desenvolveu-se também o movimento de defesa de património e de dinamização sócio-cultural. Esse foi o contexto de criação de novos museus locais ligados a políticas autárquicas experimentalistas e inovadoras, interconectadas, ou não, com o movimento associativo de defesa de património<sup>33</sup>. Apesar de apontar o insuficiente conhecimento sobre os “pequenos museus portugueses”, em 1985 Henrique Coutinho Gouveia relacionava a “multiplicação de museus de âmbito local” (fenómeno que designava por “explosão”), por um lado, com a “influência transmitida pela difusão das correntes transformadoras da museologia de âmbito regional, tornando-se patentes em diversos casos a adopção de alguns dos pressupostos do movimento internacional genericamente conhecido por “nova museologia”. Por outro lado, e “sob uma perspectiva mais vasta”, relacionava-a “com outros fenómenos sociais a cuja intensificação se tem também assistido, sendo de investigar a hipótese do seu inter-relacionamento traduzindo manifestações de uma realidade presente mais profunda”.<sup>34</sup>

No caso do Seixal, a materialização da ideia de museu tornou-se possível a partir de uma vontade política e de um processo assumido por essa mesma orientação, no plano sócio-cultural, dirigido para

---

27 - Ofício da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes ao Presidente da Câmara do Seixal, com data de 10 de Outubro de 1966.

28 - O professor Teodomiro Dias Martins Costa foi empossado Vereador do Pelouro da Cultura e Assistência para o quadriénio 1964-1967, cargo que deixou de ocupar por ter sido a seguir empossado como Vice-Presidente do Município, também em 1964, sendo a Câmara presidida pelo Engº José Francisco Leal de Agostinho Dias.

29 - A 4 de Novembro de 1966, o Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes oficiou o Presidente da Câmara a “comunicar [...] que, por despacho ministerial de hoje, foi designado Teodomiro Dias Martins Costa, professor do ensino primário oficial e delegado escolar do concelho do Seixal, para fazer parte na Comissão Municipal de Arte e Arqueologia do mesmo concelho”.

30 - Ofício de 20 de Março de 1966 enviado pela Secretaria Particular do Patriarcado de Lisboa ao Presidente da Câmara do Seixal.

31 - A partir de 1979 e ainda pároco do Seixal, o padre José Augusto, tal como outros párocos das restantes freguesias do Concelho, participou nas reuniões e acompanhou visitas levadas a cabo pela equipa técnica já referida, no âmbito do levantamento histórico promovido pela Câmara e que deu origem à criação do Museu Municipal.

32 - O Decreto-Lei nº 355/71 de 16 de Agosto delimitou essa reserva a constituir pela área abrangida pela Serra da Arrábida.

33 - Este assunto, que apenas afloramos nesta parte do nosso trabalho, foi objecto de estudo de Clara Camacho, no âmbito da sua dissertação de mestrado (1999), subordinada ao tema “Renovação museológica e génese dos museus municipais na Área Metropolitana de Lisboa (1974-90)”.

34 - V. GOUVEIA, Henrique Coutinho (1985) “Museologia local e museologia popular: hipótese de trabalho no caso dos pequenos museus portugueses”. *Méridies*. 2: 319.

várias áreas de intervenção, mas cuja particularidade original terá consistido na valorização da vertente patrimonial e identitária, na qual a história tomou um lugar determinante.

Em 1974, a Comissão Administrativa da ex-Junta Distrital de Setúbal decidiu criar o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal. No Seixal, era eleita em Plenário de Moradores, efectuado numa colectividade local, a Comissão Democrática Administrativa da Câmara Municipal do Seixal, sendo seu Presidente Eufrásio Filipe G. José, o qual foi também eleito Presidente nas primeiras eleições democráticas para as Autarquias Locais, em 1976.

Desde Abril de 1975 reiniciara-se a publicação do *Boletim Municipal*, em nova série. Ainda como suplemento do jornal *Margem Sul*, publicava em Julho<sup>35</sup> uma notícia intitulada “Museu Distrital”, pela qual se dava conta de uma intenção que cremos totalmente isolada e que não passaria disso mesmo: “Por iniciativa da Comissão de Moradores da Cruz de Pau foi ocupado, em meados de Junho, o Paço da Amora. Com esta tomada de posição (...) ficou a Comissão de Moradores a dispor de óptimo e abundante mobiliário de diversos estilos, na maioria [de século] XIX. Para além do mobiliário, outros objectos de valor artístico e cultural passaram também a ficar à ordem da mesma Comissão. (...) esta Comissão de Moradores tomou a decisão de promover a criação de um museu. (...)”

Porém, ainda alguns anos se tinham de passar, até que o *Boletim Municipal* reflectisse as preocupações de defesa do património cultural numa forma coerente com as acções da própria Câmara e de outros parceiros locais.

No Estuário do Tejo foi desde 1976 criada a respectiva Reserva Natural, mas não abarcava nenhuma área do concelho do Seixal. Contudo, em 1978,<sup>36</sup> o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico mostrava-se atento a esta sub-zona do

estuário, ao escrever: “Entre as muitíssimas zonas, sítios ou objectos que ainda interessaria salvaguardar encontra-se a zona húmida de Corroios, na qual se incluem alguns dos raros moinhos de marés outrora em funcionamento em Portugal (moinhos do Galvão, do Capitão, da Passagem e da Torre).[...] “A salvaguarda e revitalização acima referidas poderiam ser objectivadas através da criação de uma “Paisagem Protegida”, ao abrigo do Decreto-Lei nº 613/76, para o que haverá que constituir um grupo de trabalho constituído por representantes das várias entidades com jurisdição no local ou ligadas ao assunto”.

Ao nível do património arquitectónico e artístico, deu-se em 1977 a classificação da Igreja Paroquial de Arrentela como Edifício de Interesse Público, por iniciativa da própria Paróquia.<sup>37</sup>

Num concelho como o Seixal, em que a vida cultural tinha fortes raízes nas sociedades musicais e nas colectividades locais, a dinamização de várias linhas de *animação cultural* não tardou em revelar uma notável pujança, a que o poder local se ligou estreitamente. Em 1978, realizou-se a 1ª Semana Cultural do Concelho, promovida pela Câmara Municipal. A legislação nacional reflectia de alguma forma a necessidade de definição do quadro democrático da administração local. Segundo o artigo 2º, alínea d) da Lei nº 79/77, competia às autarquias locais a definição da política cultural a nível local. As competências das assembleias distritais inscreviam-se no artigo 87º da mesma Lei.

Em 1979, a existente Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal (SALPA), tinha uma acção vocacionada para a “área que é abrangida pelos concelhos de Palmela, Sesimbra e Setúbal e as zonas dos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola que envolvem o estuário do rio Sado e seus afluentes” (considerada a “região de Setúbal”<sup>38</sup>), não se reflectindo portanto no concelho do Seixal.

35 - V. *Boletim Municipal* da CMS, nº 3.

36 - Reportamo-nos ao ofício do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico de 23 de Janeiro de 1978, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal do Seixal, consultado no Arquivo de Correspondência da DPHN/Ecomuseu.

37 - A Igreja Paroquial de Arrentela foi classificada de Interesse Público pelo decreto nº 129/77..

38 - V. *Património Cultural III* 1983: 69.



1979 foi o ano do lançamento do que se poderia vir a descrever como uma vertente patrimonial da política cultural, no que toca à própria Câmara<sup>39</sup>.

Por outro lado, foi também naquele ano que a Direcção Industrial da Sociedade Portuguesa de Explosivos (SPEL), em consonância com a Administração da Empresa, “decidiu implementar o seu Museu. É nomeado o colaborador Carlos Maria para iniciar a recolha da documentação, fotografias, equipamentos, etc., com interesse para a história da Empresa. A partir desta data, não podem ser destruídos ou alienados documentos, fotografias, equipamentos etc., sem a decisão do colaborador acima indicado”.<sup>40</sup> Infelizmente, o Museu da SPEL viria a ser desinstalado em 2001 e o seu espólio parcialmente transferido com a própria fábrica, enquadrada em novo estatuto empresarial, verificando-se uma drástica perda da memória e dos testemunhos industriais previamente reunidos e preservados.

Retomando a política cultural do Município do Seixal dos anos 80 do século XX, a mesma foi profundamente influenciada pela personalidade e pela intervenção política de Eufrásio Filipe G. José, que desempenhou as funções de Presidente da Câmara até Dezembro de 1997. Foi em Maio de 1979 que, a seu convite, se iniciou a colaboração de António Nabais com a Câmara Municipal, fazendo parte de um grupo de licenciados em história contratados para realizar o levantamento histórico-cultural do respectivo concelho, tendo o executivo camarário aprovado unanimemente uma proposta para a realização do Levantamento Histórico-Cultural do Concelho do Seixal e a contratação de um grupo de quatro historiadores, todos eles professores de História do Ensino Secundário.

O *Boletim Municipal* de Julho/Agosto de 1979<sup>41</sup>

permite-nos concluir que a ideia de museu estava subjacente à iniciativa da Câmara, já nessa altura. Aquele publicava, em artigo intitulado “Pela defesa do património cultural” e assinado pelo Grupo de Trabalho para o Levantamento Histórico-Cultural do Município: “A Câmara Municipal do Seixal sentindo necessidade de dar uma resposta adequada ao problema cultural – defendendo, zelando e divulgando as riquezas do património, daquilo a que pertence a todos os habitantes do concelho – recorreu a pessoas ligadas ao ensino da História, a fim de realizar o levantamento histórico-cultural do Município. (...) O grupo de historiadores contactados pela Câmara Municipal do Seixal terão como tarefa principal recolher e arrumar todos esses materiais a fim de torná-los públicos em textos (jornais, revistas e/ou livros) e na criação de um museu”.

Entretanto, o *Boletim Municipal* de Junho de 1979 [nº 33, p. 5] informava, a par do levantamento histórico-cultural, de uma visita ao concelho realizada pelo Secretário de Estado do Ambiente, a convite da Câmara, tendo “por objectivo sensibilizar o governo para o tratamento e aproveitamento como património cultural dos Moinhos de Maré existentes, que constituem raridades na Península Ibérica”.

O interesse pela história local e pelo património não constituía, em si, um dado isolado do resto do país e muito menos da região, sobretudo à dimensão da área metropolitana de Lisboa, com as instituições e os poderes locais a procurarem acompanhar o movimento de renovação da sociedade portuguesa e em função da intensificação do associativismo pelo estudo e a defesa do património cultural.

Inovador, no Seixal, foi o envolvimento organizado da comunidade, verdadeira mais-valia em todo o processo a desenvolver. Na edição do *Boletim de*

---

39 - Em 1979, o programa eleitoral da Aliança Povo Unido para a Câmara e a Assembleia Municipais do Concelho do Seixal referia, na Introdução, entre as preocupações daquela força política, o “estudo para a recuperação do estuário do Tejo”, a “recuperação dos moinhos de maré”, a “defesa e recuperação do património histórico-cultural” e inscrevia o objectivo de um Museu Municipal no capítulo dedicado à Educação, Cultura e Desporto (sub-ponto 2. Cultura, p. 11): “A APU continuará a defender e a apoiar todas as iniciativas culturais do concelho e a fornecer meios técnicos e financeiros para que tais iniciativas sejam organizadamente integradas em planos de desenvolvimento concelhio, com a participação das populações, na perspectiva de valorizar, preservar e reconstituir o património municipal, apontando para um futuro Museu Municipal e uma Biblioteca Municipal com a dignidade que merecem os trabalhadores.”

40 - V. “Museu SPEL” in *APOREM*, 1999.

41 - *Boletim Municipal* da CMS nº34 de 1979 (Julho/Agosto): 7.

Novembro/Dezembro<sup>42</sup>, um artigo intitulado “Património Cultural: Tesouro a descobrir e preservar” dava conta duma reunião do Grupo de Apoio para o Levantamento Histórico-Cultural do Concelho do Seixal com a presença das Juntas de Freguesia, convocada pela Câmara: “No sentido de motivar e incentivar a população a dar o seu apoio, foi delineado um projecto de constituição de comissões culturais a nível de freguesias, com a finalidade de constituírem núcleos de dinamização a nível local. Segundo este projecto já se realizaram reuniões nas sedes de freguesia, onde mais uma vez se pode constatar o entusiasmo das populações”. Em seguida, era lançado o apelo às pessoas para que procurassem na respectiva Junta de Freguesia os elementos dos grupos de dinamização já constituídos. Também era expressa a ideia de um “espólio” a constituir, mesmo sem que houvesse uma base teórica de carácter museológico e sem que se definisse precisamente o objectivo ou o destino daquele espólio.

Entre o património construído que melhor identificava a tradição local e que mais se destacava na paisagem ribeirinha concelhia, sem dúvida que os moinhos de maré tiveram sempre um papel de destaque. Em 1980, o Grupo de Investigação e Divulgação Científica (GIDC), fundado por um grupo de estudantes de Almada, efectuou um levantamento dos moinhos de maré do Seixal, que apresentou, nesse mesmo ano, no IV Congresso Nacional de Arqueologia, realizado em Faro. No *Boletim Municipal* do Seixal, o Grupo de Apoio para o Levantamento Histórico-Cultural (GALHC) assinava, em Agosto, um artigo intitulado “A defesa dos moinhos de maré”.<sup>43</sup>

O património industrial, num sentido mais amplo, foi dos principais objectos de pesquisa por parte de estudiosos/investigadores exteriores à própria autarquia. No final de 1980, a Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa iniciou o trabalho

de levantamento e pesquisa da importante documentação iconográfica e fotográfica então existente no arquivo da Companhia de Lanifícios de Arrentela, nas próprias instalações da fábrica. Em 1981, foi a própria Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos, através da Secretaria de Estado da Cultura, a requerer à Câmara do Seixal a colaboração para um levantamento dos moinhos de maré. Em Junho desse ano, a Câmara anunciou a aquisição de dois moinhos – o Moinho de Corroios e o Moinho Novo dos Paulistas – assim como a tomada de medidas de protecção de todos os moinhos existentes no concelho, com a colaboração da referida Associação, nomeadamente através da elaboração de um relatório a ser apresentado ao IPPC, solicitando a classificação daqueles.

Depois da criação, em 1980, dos Serviços Culturais da Câmara do Seixal, estruturaram-se, em 1981, os seus contactos com as Juntas de Freguesia e as organizações populares, enquanto o GALHC continuava, entre outros contactos, a realizar reuniões com os Conselhos Directivos das Escolas concelhias, “a fim de garantir a sensibilização das populações para a defesa do património”<sup>44</sup>.

Subsequentemente à edição, pela Câmara Municipal, da *Cronologia do Concelho do Seixal* e do livro *Barcos do Tejo*, da autoria de António Nabais, foram efectuadas diversas aquisições, para além de embarcações tradicionais, segundo uma evidente intenção de recolha e de incorporação de património, destinado, a curto prazo, a uma exposição cujo fio condutor era a história local e que teve lugar de 6 a 22 de Novembro de 1981, nas instalações da Associação Náutica do Seixal, sobre a temática “O Trabalho na História do Concelho do Seixal”, inserida no programa municipal das comemorações do 145º aniversário do Concelho.

A “Nota explicativa” da Câmara Municipal do Seixal<sup>45</sup> inserida no catálogo da exposição coloca como seu objectivo “sensibilizar a população do

---

42 - V. *Boletim Municipal* da CMS nº36 de 1979 (Nov/Dez): 3.

43 - V. *Boletim Municipal* da CMS nº 41, de 1980 (Agosto): 2.

44 - V. *Boletim Municipal* da CMS nº 45 (Janeiro), 1981.

45 - V. Catálogo da exposição “O Trabalho na História do Concelho do Seixal”: 6 de Novembro de 1981.

concelho para a defesa do património histórico-cultural e oferecer a todos os munícipes um conhecimento do Seixal real e histórico”, apresentando-a “como que uma amostra da 1ª pedra do futuro Museu Municipal”.

Na preparação da exposição participou, a par de António Nabais, um outro investigador, ao nível do inventário e da programação, durante algum tempo colaborador da Câmara – Fernando António B. Pereira.

Os dois técnicos subscreveram o “Plano para 1982” do Sector do Património Histórico-Cultural<sup>46</sup>,

em que se inscrevia, entre outros pontos, uma “Exposição permanente – antevisão do Museu Municipal «Museu do Trabalho e das Tradições Populares do Concelho do Seixal»”, que se projectava instalar num edifício municipal da Torre da Marinha.

A proposta de criação do Museu Municipal do Seixal foi apresentada à Câmara e por esta aprovada por unanimidade em 1982 e aquele, que ficava enquadrado no Sector do Património Histórico-Cultural, foi inaugurado e aberto ao público no Dia Internacional dos Museus, a 18 de Maio.

---

46 - V. *Plano para 1982* do Sector do Património Histórico-Cultural, de 27 de Outubro de 1981, no Arquivo do Ecomuseu Municipal do Seixal.

# Museu Municipal de Sesimbra

## Programa de desenvolvimento

LUÍS JORGE RODRIGUES GONÇALVES\*

### RESUMO

São apresentadas as principais linhas do Programa de Desenvolvimento do Museu Municipal de Sesimbra. Este dispersar-se-á pelo território concelhio, em diversos núcleos de elevado interesse patrimonial, quer natural, quer histórico-cultural.

### FASES DO MUSEU MUNICIPAL

O primeiro marco do Museu Municipal de Sesimbra remonta a 28 de Maio de 1960, com a inauguração de uma exposição permanente, instalada numa sala anexa à igreja do castelo, sobre a arqueologia do concelho. Em 1982, a exposição temporária de apetrechos de pesca, objectos do quotidiano dos pescadores e fotografias alusivas, serviu de base à colecção denominada Museu do Mar, aberta desde 1983.

Em 1987, os espólios de arqueologia e artes de pesca foram transferidos para as instalações do antigo Ciclo Preparatório, onde ainda se mantêm, com a designação de Museu de Arqueologia e Museu do Mar. Não correspondendo a museus, propriamente, mas sendo reservas visitáveis têm mantido acesa a ideia do Museu Municipal de Sesimbra, com uma intensa actividade pedagógica, sendo visitados por parte das escolas do concelho e por turistas.

Em 1999 foi aprovado pela Câmara Municipal o Programa de Desenvolvimento do Museu Municipal de Sesimbra<sup>1</sup> que partiu de novos pressupostos: por

### ABSTRACT

The first steps in the Development Program of the Sesimbra Municipal Museum are being presented. This program is spread through at the municipality into several nuclei, with cultural and historical diversity values.



Fig. 1 - Colecção do Museu do Mar. Foto da C.M. Sesimbra – GIRP Arquivo Fotográfico.

um lado, existem duas boas colecções municipais que se encontram instaladas num local que oferece poucas condições<sup>2</sup>, por outro, existe um conjunto de monumentos naturais e culturais, em todo o concelho, que estão em avançado estado de degradação ou subaproveitados e sem função museológica, classificados ou não, entre os quais está o Castelo (monumento nacional), a Fortaleza de Santiago, o Santuário do Cabo Espichel, a Capela do Espírito Santo

\* Museu Municipal de Sesimbra.

1 - Luís Jorge Gonçalves (2000), Museu de Sesimbra. Um projecto para o século XXI in *Sesimbra Cultura 1*, p. 76-85.

2 - No âmbito do espólio móvel, destaca-se ainda a existência de uma excelente colecção de arte sacra da Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra, cujo espaço onde está instalada não oferece as melhores condições de conservação. Importava, igualmente, permitir aos públicos a sua fruição.



Fig. 2 - Coleção do Museu de Arqueologia. Foto da C.M. Sesimbra – GIRP Arquivo Fotográfico.

(imóveis de interesse público)<sup>3</sup>, as pistas de dinosáurios da Pedreira do Avelino, dos Lagosteiros e da Pedra da Mua (monumentos naturais)<sup>4</sup>. Refiram-se ainda a Casa do Bispo e a Capela de S. Sebastião, bem como todo o Centro Histórico de Sesimbra, onde se inserem, e um conjunto de geomonumentos espalhados por todo o concelho, como a gesseira de Santana ou as diatomites de Alfarim.

No ano de 2001, no âmbito das comemorações dos 800 anos do foral de Sesimbra e tendo em vista a preparação do Programa de Desenvolvimento do Museu Municipal de Sesimbra, foram realizadas actividades que tiveram como pontos mais importantes as exposições “Tempo e Devoção. Sete Séculos de Arte Sacra em Sesimbra”<sup>5</sup>, realizada no Auditório Conde Ferreira; “1201 – O Foral de Sesimbra e o seu tempo” e “Imagens do Castelo de Sesimbra”, realizadas no Castelo.

## O PROGRAMA

O Programa de Desenvolvimento tem como pressuposto uma narrativa em torno dos vestígios naturais e culturais de Sesimbra. A sua implementação

vai ocorrer ao longo de vários anos, de acordo com as disponibilidades financeiras, mas também acompanhando a investigação em várias áreas do saber.

A) O ponto de partida será a **Casa do Bispo**. Edifício cuja fundação remonta ao século XVI, mas com uma traça do século XVII; possui uma pedra heráldica, e insere-se no Centro Histórico de Sesimbra. O Programa contempla-o como futura sede do Museu Municipal, onde ficarão a direcção, as reservas e o serviço educativo. Vai ter uma exposição permanente sobre a geologia e a história do concelho, onde será



Fig. 3 - Fachada da Casa do Bispo. Foto da C.M. Sesimbra – GIRP Arquivo Fotográfico.

3 - Outros monumentos classificados do concelho são o Forte do Cavallo, a estação arqueológica da Lapa do Fumo, o Monumento da Roça do Casal do Meio.

4 - Tenha-se presente que grande do concelho se integra no Parque Natural da Arrábida e na Paisagem Protegida da Arriba Fóssil.

5 - Reuniu obras do Museu Nacional dos Coches, da Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra, das paróquias de Santiago e do Castelo, do Santuário do Cabo Espichel, da Capela de S. Sebastião e da Capela do Espírito Santo. Teve como comissário o Professor Doutor Fernando António Baptista Pereira e da qual foi editado um catálogo: Fernando António Baptista Pereira (coordenação), *Tempo e Devoção. Sete Séculos de Arte Sacra em Sesimbra*, catálogo da exposição realizada no auditório Conde Ferreira, Sesimbra: 2001.



inserida a colecção de arqueologia. Esta exposição será ainda o ponto de partida para uma visita a outros núcleos do Museu Municipal e a outros pontos do concelho, propondo-se ao visitante uma narrativa pela história, arte, actividades económicas e património natural do concelho. Estando a Casa do Bispo enquadrada no Centro Histórico, será ainda um meio de valorizar esta área que apresenta uma malha urbana de vila piscatória, que remonta ao século XVI.

B) O **Castelo de Sesimbra** correspondeu à primitiva vila de Sesimbra, fundada em 1201 por D. Sancho I. A construção do castelo decorreu ao longo do



Fig. 4 - Castelo de Sesimbra e Igreja de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Consolação. Foto da C.M. Sesimbra – GIRP Arquivo Fotográfico.

século XIII, tendo sido concluída no final desse século, no reinado de D. Dinis. Foi atacado por forças castelhanas, em 1384, e serviu de atalaia de vigilância da costa. Em 1640, foram aí instalados baluartes para reforçar a defesa costeira.

O castelo possui no seu interior vestígios da vila medieval e da alcáçova. Corresponde, na actualidade, a um núcleo urbano abandonado no século XVI, quando a vila se transferiu para a então, Ribeira de Sesimbra, que se transformou em sede municipal. O castelo ficou relativamente despovoado e manteve a igreja paroquial da área rural. Já no século XX, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais procedeu ao restauro das suas muralhas mas, em 1955, a igreja paroquial do Castelo foi transferida, levando a uma degradação acelerada do templo.

A partir de 1998, iniciou-se um programa de reabilitação do Castelo. Partiu-se do pressuposto que um castelo é por si mesmo um museu e, no âmbito do Programa do Museu Municipal, encara-se este monumento como sendo um núcleo onde se aborda a história medieval de Sesimbra. Foi criado o “Centro de Documentação Rafael Monteiro”, espaço de informação turística, lúdico e também de informação sobre o castelo, com uma cafetaria. Foram realizadas outras melhorias, onde se incluem a preparação de estacionamentos para automóveis, o arranjo do adro da igreja e dos caminhos, a abertura permanente da igreja ao público (onde se pode contemplar um conjunto de azulejos datados do final do primeiro quartel do século XVIII) e editadas publicações sobre o castelo, para apoio aos visitantes. Prevê-se ainda a criação de um restaurante no baluarte Norte, já fora das muralhas<sup>6</sup>. A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais realizou ainda trabalhos de recuperação de alguns tramos da muralha e das torres do

---

6 - No ano de 2001 foi ainda realizado, no âmbito das comemorações dos 800 anos do Foral de Sesimbra, o Festival de Música Medieval.

castelo, consolidando estas estruturas arquitectónicas que, nalguns casos, ameaçavam ruir.

No percurso museológico do castelo, a desenvolver no presente, irá constar um conjunto de informação de apoio. Aquele iniciar-se-á na torre poente com uma exposição de apresentação do castelo; seguir-se-ão um conjunto de painéis dispersos pelo castelo a explicar as diferentes estruturas, exposições de objectos do quotidiano, materiais arqueológicos do próprio castelo, numa sala anexa à Igreja (sala sobre a sacristia); farão ainda parte do percurso a Torre de Menagem e o Centro de Documentação. O castelo ficará preparado para no futuro acolher espectáculos e exposições de artes plásticas ao ar livre.

C) A **Fortaleza de Santiago** é um monumento central e marcante da Vila de Sesimbra. Foi construído para defender a vila de possíveis ataques vindos do mar, foi espaço de férias de membros da corte (actualmente ainda é colónia de férias), e funcionou como sede das autoridades marítimas e de fiscalização da costa (mantendo esta função ao ter aí sediada a Brigada Fiscal da GNR). Para os pescadores de Sesimbra, conserva sobretudo a memória de local onde se obtinham as licenças de pesca.

A história da ocupação da Fortaleza de Santiago é, por conseguinte, marcada pela polivalência. O edifício da fortaleza comporta também diferentes núcleos entre os quais se destaca o antigo paço do comandante, as camaratas, os paióis e as áreas de apoio, como as cozinhas e cantinas, tudo dividido em áreas estanques, que não comunicam entre si.

A fortaleza pela sua implantação e arquitectura é o espaço destinado a abordar as relações de Sesimbra com o Mar, quer na componente das artes de pesca (numa visão antropológica e etnográfica), ou nas questões da oceanografia e ambientais, com laboratórios de experimentação e descoberta do mar. Outras compo-

entes pressupõem a transformação do antigo paço do governador num salão nobre municipal, para actos públicos, onde se incluem exposições temporárias e conferências. Está também prevista a criação de um restaurante na antiga cozinha e cantina da fortaleza, sendo as referências sobre a história militar da fortaleza distribuídas por todo o espaço público.

D) O **Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel** é outro monumento que o Programa do Museu Municipal contempla. Neste caso, muito dependente das vicissitudes da recuperação deste imóvel. Está previsto que a Câmara Municipal fique com um espaço que será destinado a um centro de interpretação do Cabo Espichel, como monumento natural e cultural.

#### ACAPELA DO ESPÍRITO SANTO DOS MAREANTES

No âmbito do Programa de Desenvolvimento do Museu Municipal de Sesimbra, a Capela do Espírito Santo dos Mareantes é neste momento a obra cuja abertura se prevê para 2004, em resultado da boa colaboração entre a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, através da Direcção Regional de Lisboa, e a Câmara Municipal de Sesimbra.



Fig. 5 - Interior da Fortaleza de Santiago. Foto da C.M. Sesimbra – GIRP Arquivo Fotográfico.

Este monumento apresenta algumas particularidades históricas, artísticas e arquitectónicas que importa referir. Foi fundado em finais do século XV pela Confraria do Espírito Santo, com objectivos assistenciais e de culto. O edifício localizava-se no cruzamento das duas principais ruas de Sesimbra, a que ligava, então, a Ribeira de Sesimbra ao Castelo e a rua Direita. Constava de dois pisos, tendo no piso térreo um “hospital” e no piso superior a capela da confraria. Esta dupla função inseria-se nos objectivos da confraria, de dar assistência ao espírito e ao corpo. Das visitas da Ordem de Santiago, de 1516 e 1553, à vila de Sesimbra, ficaram-nos descrições pormenorizadas do interior da capela e do hospital<sup>7</sup>. Em 1739 a área do hospital é referida, numa outra visitação, como estando em mau estado e sendo utilizada como estrebaria, que o visitante considera ser pouco digno e manda limpar por estar cheio de “mundices”. Com o terramoto de 1755 a capela ficou em ruínas, mas o hospital manteve-se intacto. Na sequência da reconstrução da capela, o hospital foi entulhado, perdendo-se a sua memória. Em 11 de Novembro de 1945, o telhado da capela abateu e o seu espólio foi disperso, tendo sido, em 1947, arrendada pela Câmara Municipal à Associação dos Socorros Mútuos Marítimos e Terrestres da Vila de Sesimbra, pela renda mensal de 50\$00, obrigando-se a autarquia a suportar a reconstrução e adaptação do edifício para biblioteca, o que aconteceu em 1961. No ano seguinte, foi inaugurada a mesma, que aí funcionou em pleno até 1973, quando na sequência de umas obras de remodelação do pavimento foi descoberto o antigo hospital. As escavações arqueológicas prolongaram-se até 1983 e puseram em evidência o hospital descrito nas visitas de 1516 e 1553, grafitos de embarcações, espólio cerâmico e numismático, dos séculos XIV ao início do XX, sendo de evi-

denciar um conjunto de cachimbos dos séculos XVII e XVIII.

Viveu-se então uma situação de impasse, sobre o destino a dar ao edifício, que perdurou até 1999, quando no âmbito do programa museológico se considerou a instalação de uma colecção de Arte Sacra de Sesimbra, no espaço da Capela e a musealização do antigo hospital.



Fig. 6 - Fachada da Capela do Espírito Santo. Foto da C.M. Sesimbra – GIRP Arquivo Fotográfico.

Em 1998, o edifício ameaçava ruína, pelo que foi colocada uma cobertura provisória até ao início da primeira fase da obra, que consistiu na consolidação

7 - Visitação de 1516:

*“Todos os Mareantes e Arrais e Pescadores serão confrades do Espírito Santo (...) Têm por costume os ditos pescadores mandarem dizer cada quinta-feira uma missa rezada do espírito santo e tem as paredes de pedra e cal forrado o tecto de madeira e pintado muito bom. (...) E debaixo é outra tamanha casa em que vive a espiritaleira com seus leitos e camas para os pobres. (...) Visitamos o dito esprital o qual é uma casa em que está um altar de pedra e cal e em cima dele está um retábulo pequeno velho em que está pintado o espírito santo, e outro retábulo em que está pintado o batismo de Nosso Senhor”*

Visitação de 1553:

*“Tem uma casa grande térrea por ladrilhar com um repartimento de um arco com duas chaminés e tem oito leitos com seus repartimentos e guarda pós de tavaoado de pinho, nos quartos deles umas cobertas sem colchões nem enxergões nem lençóis.”*



das paredes e de um telhado novo e definitivo. O projecto, da autoria da DGEMN, decorreu em 2001, e implicava a segunda fase que era a própria adaptação do monumento para os fins propostos no programa.

Em 2001, na sequência da exposição “Tempo e Devoção. Sete séculos de Arte Sacra em Sesimbra”, foi estabelecido um protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra, em que algumas obras de arte daquela instituição passariam a ficar patentes na Capela do Espírito Santo, garantindo-se neste caso as condições de segurança e de fruição por parte dos públicos.

A segunda fase do projecto e da obra correspondeu à adaptação do edifício. Neste projecto, no primeiro piso vai-se acolher um conjunto de pinturas e esculturas oriundas da capela de S. Sebastião, da própria capela do Espírito Santo, da igreja do Castelo e da Santa Casa da Misericórdia, onde se realça o painel de Nossa Senhora das Misericórdias, da autoria de Gregório Lopes, de cerca de 1530-35, e a Visitação, de mestre desconhecido, de 1763, que estiveram em momentos diferentes no altar-mor da capela da Misericórdia. O piso térreo, que correspondeu ao antigo hospital, será musealizado, com informação sobre a temática da assistência na Idade Moderna, o conceito de doença, a integração deste hospital na rede de hospitais do final do século XV, a história e a arqueologia do hospital, onde será exposto algum espólio daí retirado, no conceito de que se trata de entulhos de várias épocas.

Na sequência da visita, os públicos serão confrontados com a arquitectura do próprio edifício, os vestígios dos leitos, a função de cada compartimento, os grafitos das embarcações; foram mantidos os estuques primitivos e o que restou dos ladrilhos.

A inauguração do espaço museológico da Capela do Espírito Santo será um marco muito importante para o Programa de Desenvolvimento do Museu Municipal de Sesimbra, porque é também o resultado da colaboração com diferentes instituições nacionais e do concelho como a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a Câmara Municipal, a Santa Casa da Misericórdia, a Associação dos Socorros Mútuos Marítimos e Terrestres da Vila de Sesimbra e as Paróquias.

### **RAZÕES DESTE PROGRAMA MUSEOLÓGICO**

- , Visa uma integração das colecções e património imóvel de Sesimbra;
- , Esta integração tem um discurso que é o da descoberta da paisagem natural e humana de Sesimbra: os diferentes vestígios geológicos e do coberto vegetal, e a ocupação humana de Sesimbra desde a pré-história, com a exposição de arqueologia e de história do concelho na Casa do Bispo, a Sesimbra Medieval, no Castelo, a Sesimbra da devoção e da assistência, na Capela do Espírito Santo, a Sesimbra do mar, na Fortaleza de Santiago;
- , É um programa aberto a novas temáticas de acordo com as circunstâncias de cada momento;
- , Visa criar espaços que suportem outras iniciativas culturais, ao mesmo tempo que tornem também Sesimbra num pólo de desenvolvimento do turismo cultural e de natureza;
- , Procura melhorar o apoio às actividades pedagó-